

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Este Termo de Referência foi elaborado de acordo com a **Lei Federal 14.133/21**, com base nas indicações do **Estudo Técnico Preliminar**, prestando as informações necessárias para o melhor atendimento à execução da obra descrita a seguir.

2. OBJETO

2.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUPRIR AS DEMANDAS ENVIADAS À SECRETARIA DE OBRAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA A EXECUÇÃO DOS SERVICOS À SEREM SOLICITADOS**, conforme descritivo, caracterizado e especificado neste Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem como finalidade atender às demandas contínuas e recorrentes encaminhadas à Secretaria de Obras, relacionadas à execução de serviços comuns de engenharia voltados à realização de reparos nos próprios públicos e equipamentos urbanos.

3.2. A análise das necessidades operacionais evidencia que tais demandas abrangem uma ampla gama de serviços, contemplando intervenções em diversas disciplinas da construção civil, incluindo, mas não se limitando aos serviços preliminares, fundações, estruturas, vedação, impermeabilização, cobertura, esquadrias, instalações elétricas e hidráulicas, revestimentos, forros, pisos, pintura e demais serviços correlatos.

3.3. Essas intervenções caracterizam-se, em sua maioria, por serviços de baixa e média complexidade técnica, porém de elevada frequência e essencialidade, sendo indispensáveis para manter as condições adequadas de uso, segurança, salubridade e funcionalidade dos locais.



3.4. Ressalta-se que os serviços demandados possuem natureza variável e imprevisível, tanto em relação ao tipo de intervenção quanto aos quantitativos necessários, uma vez que decorrem de fatores como desgaste natural das estruturas, uso contínuo dos equipamentos públicos, ações climáticas e necessidade de adequação técnicas e operacionais.

3.5. Diante desse cenário, verifica-se a necessidade de contratação de empresa para execução dos serviços, considerando, ainda, a natureza das demandas, que não permitem a definição prévia e precisa dos quantitativos a serem executados, a adoção do Sistema de registro de Preços apresenta-se como a solução mais adequada, possibilitando a execução dos serviços sob demanda, conforme a necessidade da Administração, com maior flexibilidade, economicidade e racionalização dos recursos públicos.

3.6. Dessa forma, a presente contratação visa assegurar os reparos e adequação dos locais, prolongando a vida útil, evitando a deterioração precoce das estruturas e garantindo a continuidade dos serviços prestados à população. Em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

3.7. Por conseguinte, solicitamos a abertura de processo licitatório para a **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUPRIR AS DEMANDAS ENVIADAS À SECRETARIA DE OBRAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA A EXECUÇÃO DOS SERVICOS À SEREM SOLICITADOS.**

4. DA DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa para execução de serviços comuns de engenharia, por meio do Sistema de Registro de Preços, destinados à realização de reparos em próprios públicos do município.

4.2. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, conforme as necessidades identificadas pela secretaria de Obras, mediante a emissão de ordens de serviço específicas, acompanhadas das



respectivas especificações técnicas, quantitativos e prazos de execução.

4.3. A contratação abrangerá o fornecimento completo de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários, garantindo a execução integral dos serviços, sem a necessidade de aquisições complementares.

4.4. Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas técnicas vigentes, boas práticas da engenharia, especificações constantes no Termo de Referência e orientações da fiscalização designada pela Administração, garantindo padrões adequados de qualidade, segurança e durabilidade.

4.5. A solução prevê, ainda, a possibilidade de atendimento simultâneo de múltiplas demandas, distribuídas em diferentes locais do Município, garantindo maior agilidade na resposta às necessidades da Administração e evitando a paralisação de serviços públicos essenciais.

4.6. Resumidamente a execução do serviço contemplará:

4.6.1. Serviços preliminares: atividade que compreendem: a limpeza inicial do local da obra, a instalação de proteção contra pedestres, enfim, a preparação inicial das necessidades que permitem o desenvolvimento dos trabalhos a realizar.

4.6.2. Fundação: Os serviços de fundação compreendem a locação, escavação, regularização do terreno, execução de base em concreto magro, armação e concretagem dos elementos estruturais, seguindo o projeto e as normas técnicas vigentes, garantindo estabilidade e segurança da edificação.

4.6.3. Estrutura: A estrutura será executada em sistemas pré-moldado e metálico, envolvendo o fornecimento, montagem e fixação dos elementos estruturais conforme projeto executivo, garantindo precisão, estabilidade e desempenho conforme as normas técnicas aplicáveis.



4.6.4. Vedos: são elementos de vedação vertical, com ou sem função estrutural, essenciais para estruturar e/ou delimitar os ambientes. Consideram-se alvenarias externas e internas.

4.6.5. Vedos (demolição): Demolição de elementos de vedação vertical, com ou sem função estrutural. Consideram-se alvenarias externas e internas.

4.6.6. Impermeabilização: A impermeabilização é o processo utilizado para tornar uma superfície ou estrutura resistente à passagem de água, evitando infiltrações e danos causados pela umidade. O objetivo principal é proteger os materiais e garantir a durabilidade das construções, prevenindo problemas como mofo, corrosão e deterioração.

4.6.7. Cobertura: proteção da construção contra elementos externos, e sua escolha de materiais e técnicas depende de fatores como clima, tipo de edificação e orçamento disponível.

4.6.8. Esquadrias de madeira: As esquadrias de madeira devem obedecer rigorosamente às dimensões especificadas em projeto. Toda madeira empregada na execução de esquadrias deve estar seca, isenta de nós, empenamentos e rachaduras. O núcleo das portas, independentemente do tipo, deve possuir espessura tal que garanta o perfeito embutimento das fechaduras, não apresentando folga ou sobressalto. Os batentes devem ser fixados por parafusos de madeira, impermeabilizados, previamente chumbados na alvenaria com argamassa de cimento e areia 1: 3, havendo no mínimo 3 tacos para cada montante do batente.

4.6.9. Esquadrias metálicas: Todo o material a ser empregado, deve ser de boa qualidade e sem defeito de fabricação, ou falhas na laminação. Todos os furos dos rebites ou dos parafusos devem ser escariados e as asperezas limadas. Todas as junções por justaposição, quer que sejam feitas por meio de parafusos, rebite ou soldas por pontos, devem ter os pontos de amarração espaçados em 8 cm no máximo, havendo sempre pontos de amarração nas extremidades.



4.6.10. Instalações Elétricas: São elementos para fornecer energia elétrica de forma segura e eficiente, envolvendo a utilização de componentes elétricos como cabos, fios, disjuntores, tomadas, interruptores e dispositivos de proteção, para distribuir eletricidade a diferentes pontos de uso dentro do local.

4.6.11. Instalações Hidráulicas: São os sistemas de encanamento e distribuição de água para fornecer água potável envolvendo uma série de componentes, incluindo tubos, conexões, válvulas, torneiras, registros e bombas. Esses elementos são utilizados para transportar a água da fonte de abastecimento até os pontos de uso. São partes integrantes das instalações hidráulicas: sistema de esgoto, sistema de água pluvial.

4.6.12. Revestimentos: São materiais aplicados sobre superfícies de paredes, pisos, tetos e outras áreas de uma construção, com o objetivo de proteger, decorar e proporcionar acabamento. São essenciais tanto para a funcionalidade quanto para a aparência de interiores e exteriores de imóveis.

4.6.13. Forros: Elementos de recobrimento interno sob as coberturas, visando isolamento térmico e/ou acústico; utilizados também para embutir tubulações em determinados ambientes; aplicação em diversos materiais.

4.6.14. Pisos: Materiais destinados à constituição e revestimento de pisos em ambientes internos e áreas externas à construção.

4.6.15. Vidros: Os serviços de vidros e espelhos envolvem o fornecimento, corte, lapidação e instalação conforme projeto, com fixação e vedação adequadas, assegurando alinhamento, segurança e acabamento estético de qualidade.

4.6.16. Pintura: Acabamento final para dar proteção contra intempéries, umidade, sujeira e desgastes às paredes, conservação de elementos metálicos evitando a corrosão e conservação de



elementos de madeira, evitando a absorção de água e de umidade, proporcionando também o embelezamento das superfícies.

4.6.17. Serviços Complementares: Serviços diversos visando à preparação e cuidados na obra, sendo os serviços complementares os que vão garantir a entrega da obra em perfeito estado de utilização para os usuários, objetivando higiene e estética ideais.

4.6.18. Paisagismo: A preparação do terreno a receber a vegetação artificial deverá ser feita de maneira que todo e qualquer tipo de vegetação rasteira ou entulho existente seja retirado, possibilitando assim a colocação da base para implantação do gramado sintético, instalação dos equipamentos, recreação e dos mobiliários urbanos.

4.6.19. Pavimentação: Os serviços de pavimentação compreendem a execução de guias e sarjetas, incluindo forma, concretagem e acabamento, conforme alinhamentos e níveis definidos em projeto, assegurando o correto escoamento das águas pluviais.

4.6.20. Fresagem: Controle de camadas das do pavimento existente, por meio de equipamento específicos, possibilitando a regularização do perfil da via, melhor aderência

4.6.21. Andaimas metálicos: Em todos os trabalhos executados em fachadas ou em qualquer atividade elevada do solo, deverão ser utilizados andaimes metálicos de encaixe. Os andaimes deverão ser dimensionados e construídos de modo a suportar, com segurança, as cargas a que estarão sujeitos e de forma que tenham altura que permita o trabalho, ou seja, a mobilidade, o acesso de pessoas e materiais, segundo as determinações da NR18. Deverão estar bem firmes e escorados, tendo seus montantes apoiados sobre calços ou sapatas, capazes de resistir aos esforços e às cargas transmitidas e serem compatíveis à resistência do solo. Não será admitida a utilização de emendas nas tábuas utilizadas como piso sobre os andaimes. O contraventamento é necessário e será feito na diagonal. Deverá sempre existir guarda-corpo.



4.7. O serviço envolve atividades técnicas com base no conhecimento prático aplicados ao planejamento, desenvolvimento e execução de uma obra.

4.8. Diferentemente de uma obra comum ou da prestação de serviços padronizados, o presente objeto caracteriza-se, como **obra/serviço comum de engenharia**, conforme definição estabelecida pela Lei nº 14.133/2021.

4.1. A licitação será executada sob o **regime de empreitada por preço unitário**, nos termos do art. 6º, inciso XLII, e art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Nesse regime, a Administração remunera a contratada de acordo com os quantitativos efetivamente executados, mediante a aplicação dos preços unitários ofertados na licitação, o que assegura maior controle, economicidade e transparência. A adoção do preço unitário mostra-se a solução mais adequada para garantir a correta execução contratual, a justa medição dos serviços e a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, em conformidade com os princípios da eficiência e da legalidade.

5. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

5.1. A admissão da participação de empresas em regime de consórcio mostra-se tecnicamente viável e juridicamente adequada ao presente objeto, considerando as características da contratação, que envolvem a execução de serviços comuns de engenharia de natureza diversificada, distribuídos em múltiplas frentes de atuação.

5.2. O objeto contempla atividades que abrangem diferentes especialidades da construção civil, incluindo serviços estruturais, instalações elétricas, hidráulicas, pavimentação, revestimentos, manutenção predial e demais intervenções correlatas, demandando, portanto, a conjugação de competências técnicas distintas, nem sempre concentradas em uma única empresa.

5.3. Ademais, trata-se de contratação por Sistema de Registro de Preços, com execução sob demanda, podendo envolver atendimentos simultâneos em diferentes locais do Município, o que exige elevada



capacidade operacional, logística e disponibilidade de equipes multidisciplinares.

5.4. Nesse contexto, a possibilidade de formação de consórcio permite a soma de capacidades técnicas, operacionais e econômico-financeiras entre empresas, ampliando a competitividade do certame e possibilitando a participação de um maior número de interessados, em consonância com os princípios da isonomia, da competitividade e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5.5. A admissão de consórcios também contribui para mitigar riscos de execução contratual, uma vez que a responsabilidade solidária entre as consorciadas reforça a garantia de cumprimento das obrigações assumidas, especialmente diante da natureza contínua, variável e imprevisível das demandas.

5.6. Ressalta-se, ainda, que não há, no presente objeto, qualquer fator técnico, operacional ou de gestão que inviabilize a execução por empresas consorciadas, sendo plenamente possível a adequada coordenação das atividades, desde que observadas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

5.7. Dessa forma, a admissão de consórcio revela-se medida adequada, proporcional e alinhada ao interesse público, contribuindo para a ampliação da disputa, otimização dos resultados contratuais e maior eficiência na execução dos serviços.

5.8. Ressalta-se que a admissibilidade de consórcios está prevista na Lei nº 14.133/2021, devendo ser observadas as condições estabelecidas no edital, especialmente quanto à responsabilidade solidária das consorciadas, à indicação da empresa líder e às demais exigências legais aplicáveis.

5.9. Dessa forma, conclui-se que a **permissão de participação em consórcio** é medida que atende ao interesse público, promovendo maior competitividade, eficiência e viabilidade na execução do objeto.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

6.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, a ser formalizada com observância das disposições do Decreto Municipal nº 9.787/2023 e suas alterações, e da Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber.

6.2. A Contratada garantirá o fornecimento e instalação dos equipamentos necessários nos locais onde a Secretaria de Obras determinar.

6.3. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

6.4. Os serviços deverão ser executados nos locais determinados pela Secretaria de Obras, de acordo com os prazos estipulados nas Ordens de Serviço.

7. REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da ordem de início.

7.2. Em caso de eventuais necessidades, os preços contratados poderão ser reajustados, de comum acordo entre as partes, caso seja ultrapassado o prazo contratual, a cada período de 12 (doze) meses, com base na variação do índice **FIPE - IPC - Índice Mensal Geral, ocorrida entre a DATA DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (DATA BASE - I0) e o DECURSO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.**

7.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 9.787, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total e parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais técnicos alocados na Secretaria de Obras, ao qual competirá o acompanhamento da execução do contrato, anotando toda e qualquer ocorrência.

8.6. No caso de se constatar irregularidades deverá notificar a Contratada para correção no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

8.7. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.8. No caso de ocorrência que possam inviabilizar a execução do contrato nas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.9. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil para sua tramitação, o término do contrato



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante, a usuários participantes ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços.

9.4. Executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a Contratada cumprir com todas as normas técnicas da ABNT, relativas aos processos de fabricação, objetos do presente Termo, no que couber.

9.5. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços acordados se realizem com profissionalismo e perfeição, dentro dos parâmetros das normas competentes.

9.6. Fornecer aos seus empregados EPI's, uniformes e crachá de identificação, de uso obrigatório durante a execução dos Serviços.

9.7. Manter um encarregado durante a execução do serviço para supervisionar o andamento das atividades e solucionar problemas se necessário.

9.8. Recrutar, em seu nome sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-



lhes todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade do Município de Barueri.

9.9. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social.

9.10. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços sem interrupção;

9.11. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados em atividade, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades.

9.12. Providenciar para que todos os seus empregados em atividade cumpram as normas relativas à segurança dos locais onde serão executados os serviços.

9.13. Ao abrigo das leis em vigor, a empresa contratada deverá providenciar, após a assinatura do contrato, a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART-CREA)** ou **Registro de Responsabilidade Técnica (RRT-CAU)** dos serviços, objeto deste Termo de Referência.

10. ORDEM DOS SERVIÇOS

10.1. O compromisso da execução dos serviços só estará caracterizado mediante recebimento da Nota de Empenho, acompanhada da respectiva "Ordem de Serviço" ou instrumento equivalente.

10.2. As Ordens de Serviço serão expedidas, exclusivamente, pela Secretaria de Obras, por meio de modelo próprio, que consignará prazo para prestação dos serviços e demais informações necessárias.

10.3. A(s) Detentora (s) da(s) Ata(s) fica(m) obrigado(s) a cumprir integralmente as Ordens de Serviço emitidas e recebidas até a data do vencimento da(s) Ata(s) de Registro de Preços.



10.4. Decorrido o prazo da validade da(s) Ata(s) de Registro de Preços permanecerão as obrigações assumidas pela(s) Detentora a(s) de cumprir(em) as Ordens de Serviço recebidas.

10.5. Recebida(s) a(s) Ordem(ns) de Serviço, a(s) Detentora(s) deverá (ão) iniciar a execução dos serviços em 05 (cinco) dias úteis ou em outro prazo a ser determinado pela Secretaria de Obras.

10.6. Para serviços com prazo de execução superior a 30 (trinta) dias, a Contratada realizará medições mensais, até a conclusão final da Ordem de Serviço.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. Mediante requerimentos apresentados à Prefeitura pela Contratada, serão efetuadas após decurso dos respectivos períodos, as medições dos serviços prestados, desde que devidamente instruídas com a documentação necessária à verificação da respectiva medição.

11.2. O valor de cada medição será apurado com base nas quantidades dos serviços executados no período, aplicados os preços unitários propostos.

11.3. Os pagamentos observarão os seguintes critérios:

11.3.1. As medições serão apresentadas até o terceiro dia útil, após o encerramento do período;

11.3.2. O órgão competente da Prefeitura Municipal de Barueri promoverá a conferência e aprovação da medição, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da apresentação;

11.3.3. As faturas dos serviços prestados deverão ser emitidas no primeiro dia subsequente à medição e aprovação dos serviços efetivamente executados;



11.3.4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da liberação promovida pela Secretaria de Obras;

11.3.5. No caso de devolução das medições por inexatidão, o prazo para pagamento será contado da reapresentação e aceitação destas pela CONTRATANTE;

11.3.6. A empresa contratada deverá apresentar relatórios técnicos mensais dos serviços realizados durante o período de medição.

12. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

12.1. O recebimento provisório deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias contatos a data de pagamento da medição final.

12.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

12.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e/ou Instruções exigíveis.

12.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

13. CRITÉRIO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR

13.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

13.1.1. Prova de Patrimônio Líquido mínimo e/ou Capital Social mínimo **R\$ 3.290.000,00 (três milhões e duzentos e noventa mil reais)**.

13.1.2. Justifica-se este pedido, ao abrigo do **art. 69.º, §4.º** da Lei Federal n.º 14.133/2021, trata-se também de uma forma de segurança no sentido da Administração saber sobre a "saúde financeira" da empresa concorrente.

13.1.3. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a **90 (sessenta) dias**.

13.1.4. Caução, seguro garantia ou fiança bancaria, deverá ser no valor estipulado de 1,0% (um por cento), sobre o valor base estimado para contratação, conforme art. n° 58 e seus parágrafos da Lei 14.133 de 2021.

13.2. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO EM CONSÓRCIO**

13.2.1. Para a comprovação do Patrimônio Líquido mínimo exigido, será fixado acréscimo de até 30% (trintas por cento) sobre o valor exigido do licitante individual, conforme art. 15, § 1º, da Lei n° 14.133/2021. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

13.2.2. Admite-se o somatório dos valores apresentados pelas empresas consorciadas para fins de atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeira e técnica, observados os critérios estabelecidos neste termo.

13.2.3. As demais exigências e documentos deverão obedecer ao disposto no item 13.1. Deste instrumento convocatório.

13.3. **A QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL:**

13.3.1. Prova de Registro no CREA ou CAU;



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

13.3.2. Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), e seus anexos (quando a Certidão assim exigir), expedida(s) pelo CREA/CAU, do(s) profissional(is), de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, comprovando a execução de obras e/ou serviços de características semelhantes ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores às apresentadas a seguir, que são as que tem maior relevância técnica e/ou valor significativo;

- REVISÃO DE COBERTURA
- REVISÃO NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
- REVISÃO NAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS
- TELHA TRAPEZOIDAL DUPLA EM AÇO GALVANIZADO
- TINTA PVA
- BRISE
- BASE BETUMINOSA
- REVESTIMENTO DE MISTURA ASFÁLTICA

13.3.3. A Certidão de Acervo Técnico - CAT deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do(s) profissional(is), sendo que somente serão aceitas as constantes do artigo 1º da Resolução nº 218 do CONFEA e pela Lei Federal nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010 (CAU) e relacionadas à execução e/ou fiscalização dos serviços;

13.3.4. O Licitante deverá apresentar, declaração de indicação de responsável técnico legalmente habilitado conforme critérios estabelecidos no presente edital.

13.3.5. O(s) profissional(is) detentor(es) da CAT, deverá(ão) ter vínculo com a Licitante na data da apresentação do contrato. A comprovação de vínculo do(s) profissional(is) detentor(es) da CAT pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.



13.3.6. As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de qualificação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no Consórcio.

13.4. **A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:**

13.4.1. Atestado(s) em nome do Licitante, obrigatoriamente pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de obras, e/ou serviços de características semelhantes ou similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente, similares ou superiores às apresentadas a seguir, que são às que tem maior relevância técnica e/ou valor significativo:

- REVISÃO DE COBERTURA
- REVISÃO NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
- REVISÃO NAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS
- TELHA TRAPEZOIDAL DUPLA EM AÇO GALVANIZADO.....1.667,00 M2
- TINTA PVA.....23.730,00 M2
- BRISE.....585,00 M2
- BASE BETUMINOSA.....759,00 M3
- REVESTIMENTO DE MISTURA ASFÁLTICA.....917,00 M3

13.4.2. Indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Coordenador(es) pelas obras/serviços, objeto desta Licitação.

13.4.3. Indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

13.4.4. As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de qualificação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no Consórcio.

13.5. **ATESTADO DE DESEMPENHO PARA EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO**



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900

13.5.1. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica, conforme disposto art.67 §10 e 11, da Lei 14.133/2021:

I - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

13.5.2. Conforme subitem 13.5.1, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

13.6. **B.D.I**

13.6.1. Demonstração da composição do B.D.I., em conformidade com o modelo e os critérios estabelecidos em anexo.

13.7. **ENCARGOS SOCIAIS**

13.7.1. Foram adotados para os itens de Encargos Sociais de 136,73%, conforme SIURB.



13.7.2. A Licitante deverá encaminhar demonstrativo de Encargos Sociais.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR

14.1. Conforme planilha orçamentaria base, que é parte integrante do processo licitatório, estima-se que o valor global **R\$ 47.194.748,82 (quarenta e sete milhões, cento e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos)** para execução da prestação do objeto.

14.2. A planilha orçamentária da Prefeitura Municipal de Barueri (PMB) integra referenciais de diversas bases de dados nacionais e complementares para garantir o alinhamento e consistência com padrões oficiais.

14.3. Com objetivo de garantir a transparência, a planilha orçamentária PMB é publicada, em meio oficial, com periodicidade semestral, assegurando a atualização dos dados e cumprimentos dos critérios de controle adotados pela Administração.

15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

15.1. O critério de julgamento a ser adotado deverá ser o de **"menor preço global"**.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria de Obras.

17. NOTA FINAL

17.1. O processo objeto desta licitação foi orientado e supervisionado pelo Secretário da pasta.

17.2. Este Termo de Referência originou-se com base no **Estudo Técnico Preliminar**, caracterizando uma contratação de interesse público com envolvimento de sua melhor solução.



17.3. Em todos os casos omissos, respeitar-se-á as leis em vigor, nomeadamente ao estipulado na **Lei Federal n.º 14.133/21, Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações, e pelo Decreto Municipal n.º 9.787/23.**

Barueri, 22 de abril de 2026.



Avenida Vinte e Seis de Março, 1057 - Jardim São Pedro - Centro
CEP: 06401-050 - Barueri/SP



sec.obras@barueri.sp.gov.br



(11) 4199-1900



Assinaturas do documento



"Termo_de_Referência_Req._00003200_2026"

Código para verificação: **NBQPNBVL**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ALESSANDRO AUGUSTO DOS SANTOS** (CPF: ***.518.248-**) em 29/04/2026 às 11:52:31 (GMT-03:00)
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 22/07/2025 - 08:26:46 e válido até 22/07/2028 - 08:26:46.
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://solarbpm.barueri.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e o código **NBQPNBVL** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.